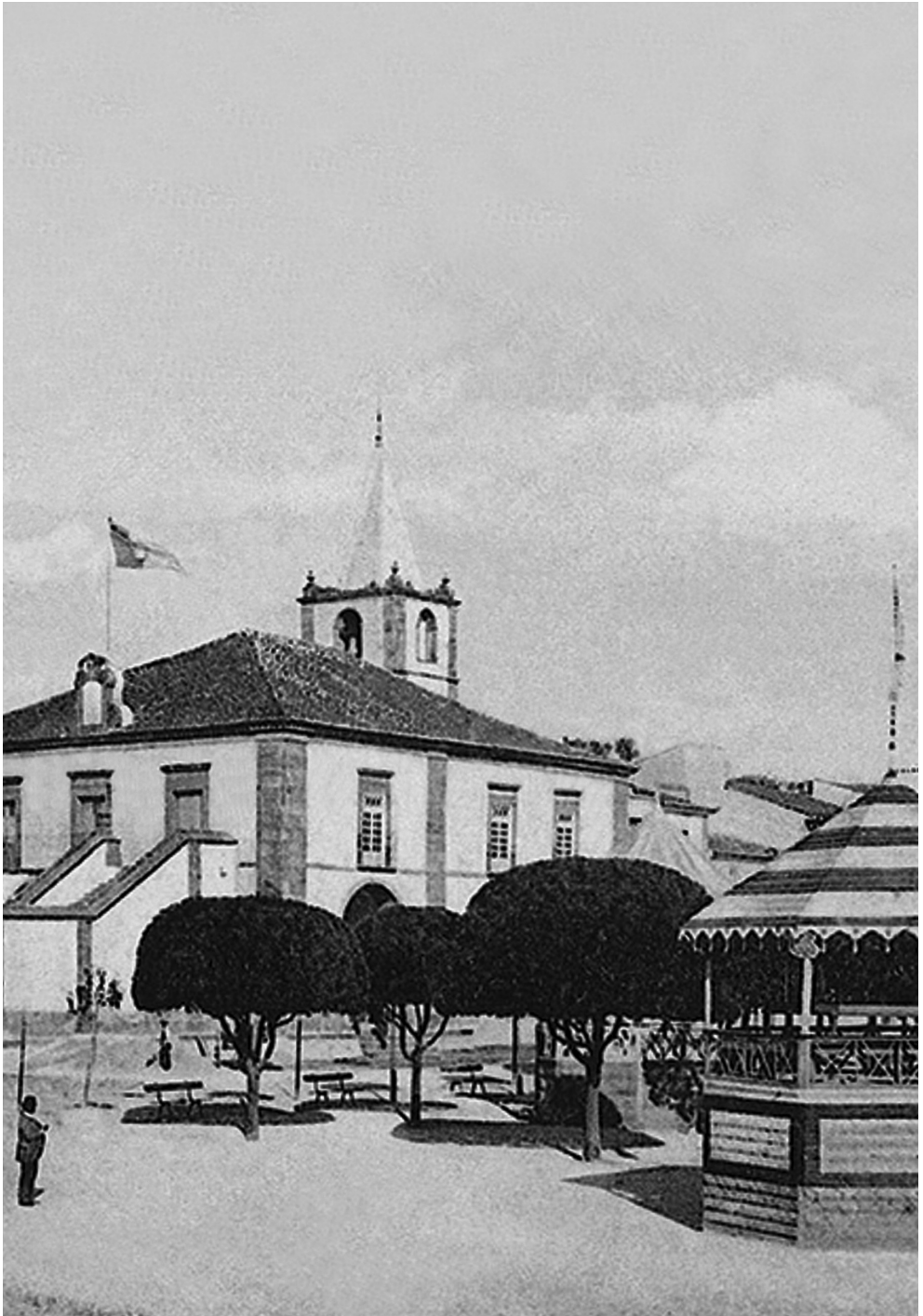


Da Monarquia à República *através das páginas de um Jornal*

“O Castellovidense” - 14 de Fevereiro de 1909 a 5 de Novembro de 1911

*Maria Helena Villas-Boas e Alvim**

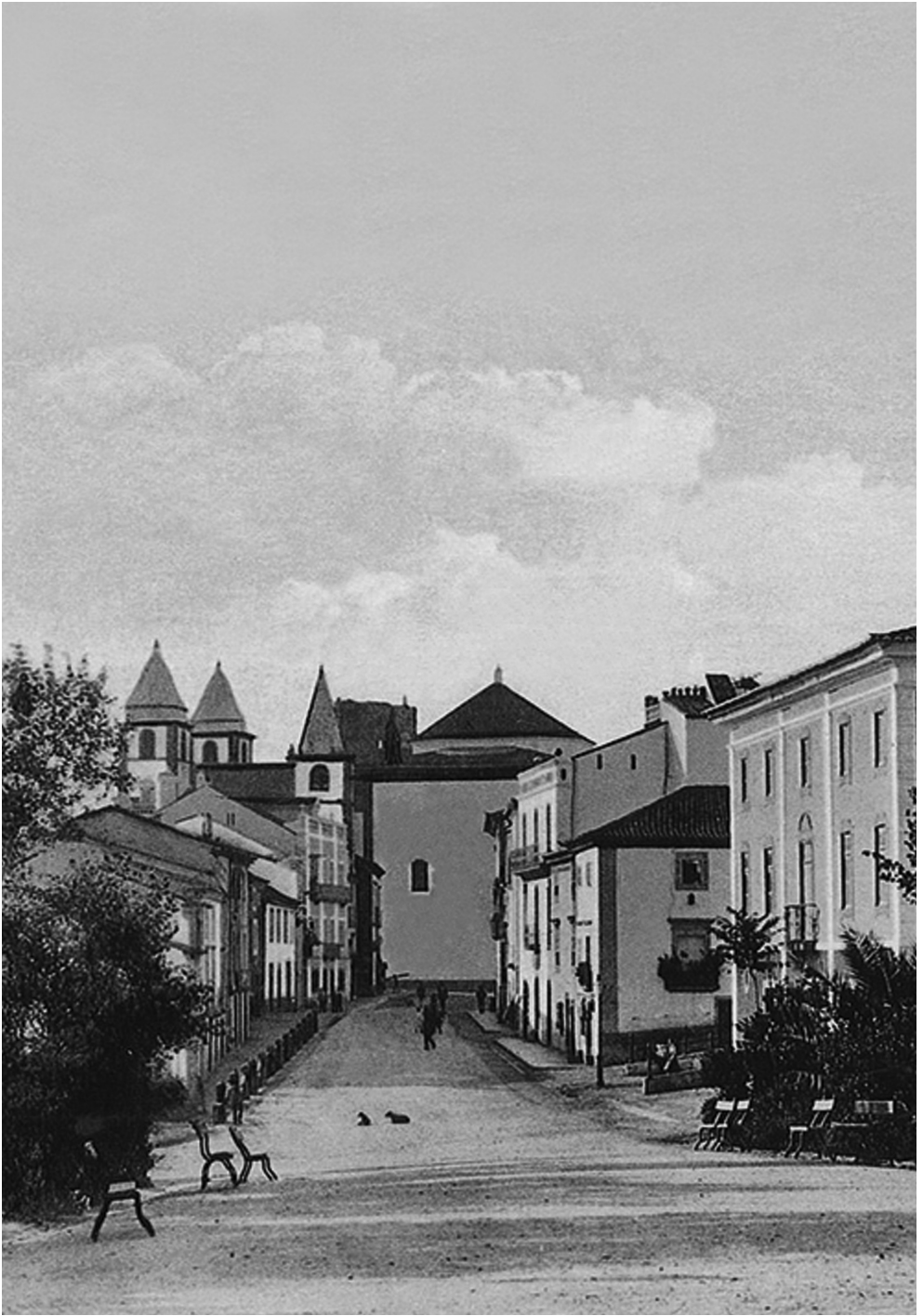
* Professora Universitária
Presidente da “Associação Portuguesa de Investigação Histórica sobre as Mulheres” APIHM
Obs.: A autora não segue no presente artigo as regras do novo acordo ortográfico.



Postal ilustrado de c. 1904, onde se vê hasteada a bandeira da monarquia

Índice

<i>Índice</i>	5
<i>Da Monarquia à República através das páginas de um Jornal</i>	7
<i>Imagens</i>	21



Postal ilustrado de c. 1911 com a Rua Bartolomeu Álvares da Santa (Carreira de Cima)

A leitura dos jornais, hábito tão enraizado na vida de hoje, era benefício de que só usufruíam alguns, poucos, em épocas ainda bem próximas da nossa. Daí, que, em finais do século XIX e no nosso país, a imprensa nacional e regional fosse acessível apenas a uma elite reduzida, já que as taxas de alfabetização eram baixíssimas e a leitura regular de um periódico não se tornara, ainda, necessidade generalizada, entre aqueles que sabiam ler¹.

Aprioristicamente, poder-se-ia pensar que uma tal conjuntura não favorecia o aparecimento dos periódicos; porém, a verdade é que a segunda metade da centúria de oitocentos vê aparecer, particularmente nos últimos decénios, variadas publicações periódicas, com especial destaque para a imprensa regional².

Convictos da necessidade de abrir o povo português às realidades de uma sociedade que fervilhava de novos ideais, surgem um pouco por todo o país homens que se dispõem a empreender a tarefa, quantas vezes ingrata, de através dos jornais levar as “luzes do século” aos que ainda permaneciam nas trevas³. E, se nesse ideal por vezes se apresenta pintado das cores partidárias, nem por isso desmerecem a nossa admiração esses pioneiros do jornalismo em Portugal⁴.

Eram tempos, esses, em que mal se supunha que aquilo que se escrevia no jornal poderia servir de fonte de informação inesgotável ao historiador de amanhã. Mas hoje, desdobram-se jornais nas bibliotecas, folheiam-se, com curiosidade sempre venerada, as suas páginas, na tentativa de melhor apreender a verdade do Homem no tempo.

Não nos interessa, de momento, a polémica entre os defensores da história imediata e os seus opositores. Se o “acontecimento”, tal como escreve George Duby, em relação à batalha de Bouvines, “foi criado por esses media de então” ou se “o facto “conforme afirma Paulo Veyne” é o que o fazemos ser”⁵.

O que buscamos, na leitura dos jornais do passado, é colher o facto no seu contexto,

1. Rebelo da Silva, no texto *Instrução Pública*, editado em 1848, refere que se o número de escolas públicas sustentadas pelo Estado em 1845 era ínfimo, menor seria se nos reportássemos somente às escolas primárias para as meninas. Assim, no total de 1116 escolas (para rapazes e para raparigas), naquela data (1845) apenas 41 se destinavam às meninas, o que significa que só 3,6% de raparigas eram publicamente escolarizadas. O que não significa ainda, que soubessem “ler, escrever e contar”. In “Antologia de Textos Pedagógicos Portugueses”, vol. IV, ps 83 a 85. A crueza dos números indica-nos que em 1878, numa população de 4 550 699 indivíduos havia 82,4% de analfabetos. Vinte e dois anos mais tarde, 1900, com cerca de mais 1 000 000 de pessoas 5 423 132 indivíduos, tal número desce somente 3,8 pontos percentuais, ou seja, no início do século XX havia 78,6% de analfabetos em Portugal. (In “Dicionário de História de Portugal”, dirigido por Joel Serrão, Porto, Iniciativas Editoriais, 1975, vol. II, p. 395).
2. Júlio Dinis, observador atento da realidade sócio-cultural de oitocentos, mostra-nos, nos romances que têm como cenário aldeias do norte do país, hábitos culturais tendentes a mitigar a indigência no domínio da literacia. Na taverna, local de múltiplas funções, nomeadamente a de posto de correio, entre dois copos, circulam as novidades locais e liam-se, em voz alta, panfletos, folhetos e o jornal, fresta aberta por onde se espreitava a tão decantada Civilização.
3. Veja-se o editorial do primeiro número de “O Castelovidense”, publicado em 14 de Fevereiro de 1909, em que se exalta a imprensa como “um dos primaciais elementos da civilização”. Consultem-se outros jornais regionais, como, por exemplo “O Jornal de Setúbal”, n.º 1, de 28 de Outubro de 1866: “É necessário que Setúbal entre na grande oficina em que laboram os povos, que, entoando as estrofes do seu hino de esperanças, edifiquem o grande templo para a deusa da civilização, (...). Para isso havemos de diligenciar por arrancá-la à inércia (...)”. E também em o semanário do Marco de Canaveses, “A Verdade”, n.º 1, 7 de Janeiro de 1898: “Nesta hora alta da civilização, ao findar do século, é indispensável que (...) todos se imponham a tarefa de afinadamente batalhar na imprensa para consecução de melhoramentos dos meios de progresso e de tudo o que conduz ao adiantamento moral e material dos povos.”.
4. Dever-se-á entender este plural no sentido dos dois géneros, uma vez que, por esse mesmo tempo, diversas mulheres não só dirigiram, como igualmente fundaram alguns periódicos. É o caso de Antónia Gertrudes Pusich (1805 -1883), fundadora de “A Cruzada”, “A Beneficência” e “A Assembleia Literária”, e de Angelina Vidal, entre outras. Há ainda que salientar as crónicas escritas por estas e várias outras mulheres, e publicadas não só na imprensa periódica feminina, mas também na masculina, não raro sob pseudónimo no masculino.
5. Georges Duby in Phillipe Ariès, E. Le Roy Ladurie, outros, “O historiador hoje”, História e Nova História, Ed. Teorema, Lisboa, 1986, p. 12”.

facto esse que estava vivo quando o puseram lá, e estudá-lo, criteriosamente, em relação com outras fontes da época e naquela perspectiva que o distanciamento permite. Pois, a exemplo de Marc Kravetz, acreditamos que aos “jornalistas, caçadores de acontecimentos «cabe» a colheita acabada de fazer, enquanto que aos historiadores, batedores de arquivos, a paciente reconstrução de um mundo desaparecido”⁶.

Foi, pois, com este intuito que analisámos os números disponíveis de “O Castellovidense”, publicados entre 14 de Fevereiro de 1909 e 5 de Novembro de 1911.

Conta-se que el-rei D. Carlos, em tom de desabafo, teria comentado, um dia: “*Isto é uma monarquia sem monárquicos*”. Teria sido mais rigoroso dizer que os monárquicos (que os havia e não eram assim tão poucos) não se entendiam. Este facto, cuidadosamente estudado, não passou despercebido naquela época, sendo objecto de preocupação dos que verdadeiramente se interessavam pela harmonia e concórdia na casa portuguesa. Atento, desde a publicação do seu primeiro número às realidades da política nacional “O Castellovidense” aponta o despautério evidenciado pelos nossos políticos, recordando a célebre exclamação de Herculano: “*Istodá-me vontade de morrer!*” e acrescentando: “*Em Portugal não há partidos, mas simples clientelas ou grupos de indivíduos ligados pelos mesmos interesses. (...) Os exércitos partidários transformaram-se em guerrilhas e cada uma só pensa em assaltar e apoderar-se do poder*”⁷. Não se cansa o periódico de apontar os erros dos políticos, a cegueira da sanha partidária⁸. “*Em simulacros de combates ensaiam e representam, na imprensa e nas câmaras, essa comédia com que vão iludindo nas províncias os ingénuos, ou os que não o sendo, se servem da política como arma para ferir os seus inimigos pessoais, ou cuidar simplesmente dos próprios interesses. (...) Há excepções (...) mas a regra é a vingança soez ou o egoísmo sórdido.*”⁹.

Entre o desencanto e a desilusão “O Castellovidense” interpela: “*É isto vida política? (...) O poder político é uma burla, o constitucionalismo uma ficção. Quem governa não é o país por intermédio dos seus representantes, é o poder pessoal dos chefes dessas agremiações a que chamam partidos (...)*”¹⁰. Como é hábito nacional, lá se vai buscar à química estranha, o exemplo a seguir, o modelo a copiar: “*(...) Em Inglaterra (...) não é raro os próprios ministros virem às assembleias políticas, aos comícios defender as suas ideias, as suas aspirações, o seu programa [em busca de esclarecimento auscultando] a opinião dos seus constituintes, opinião que se respeita e se segue.*”¹¹.

A situação desenrolava-se de molde a justificar tais comentários. Os políticos não se entendiam dentro dos próprios partidos. Júlio de Vilhena, o velho chefe dos Regeneradores, acolhe com viva indignação a nomeação do seu correligionário Campos Henriques para presidente do novo governo constituído em 25 de Dezembro de 1908, “*ministério de reacção ao avanço dos republicanos, ministério de defesa monárquica*”, como lhe chama o Prof. Marques Guedes¹².

Deixando falar o orgulho ferido mais alto do que o respeito ao monarca, neste ínterim Júlio Vilhena, em carta a D. Manuel II, pede a demissão de vogal do Conselho

6. Mark Kravetz, “Os jornalistas” fazem “a História”, idem, p. 87”

7. “O Castellovidense”, n.º 6 p.1

8. Algumas linhas mais adiante o articulista acrescenta: “Programas com princípios e ideias definidas (...) não existem. A única diferença está no nome com que esses grupos se designam, nas cores dos seus estandartes e nas peças de música, com que se excitam e entusiasmas os respectivos adeptos populares. O rotativismo não é outra coisa.” (idem, ibidem)

9. Idem, n.º 6, p.1.

10. Idem, Ibidem.

11. Idem, Ibidem.

12. “História de Portugal”, direcção Damião Peres, Portucalense Editora, Barcelos, 1935, vol. VII, p. 450.

de Estado, acrescentando que a constituição do novo gabinete era condição suficiente para «a sua exautoração como estadista e como homem», pelo que anuncia a intenção de abandonar a chefia do partido restaurador¹³. Ora, era este tipo de reacções que acirrava, dentro do mesmo partido, aqueles que o compunham. Enquanto as hostes monárquicas auto e entre se devoravam, os republicanos unidos num mesmo ideal, desvalorizavam controvérsias internas, que só poderiam prejudicá-los.

Sessões tumultuosas no Parlamento pedem inquéritos ao governo, mas, o próprio Parlamento estava desacreditado. “O Castellovidense” chama-lhe “*palramento*”, já que ali de tudo se tratava menos dos superiores interesses da nação¹⁴.

A coligação de Campos Henriques mantém-se escassos meses no poder. É substituída pelo débil ministério chefiado por Sebastião Teles, mesclado de Progressistas e Regeneradores dissidentes. A organização do novo gabinete é comparada a uma comédia “*ainda que a hora não seja para comédias*.”¹⁵.

Em jeito de editorial lastima-se “*o jovem e simpático monarca, que se devia ver rodeado de corações dedicados e amantes do país, que lhe falassem sempre constantemente a linguagem da verdade*” e que, em vez disso “*[é] tão mal orientado na marcha política da nação de que é chefe supremo*.”¹⁶. Mais acusa a imprensa monárquica de estar ao serviço dos “*ambiciosos de presidências de conselho, (...) dos que aspiram a ser ministros, os pescadores de águas – turvas, os hipócritas, os que se fingem amigos do Rei, toda essa vasta falange que enxameia em momentos de crise e enreda de tal modo o poder moderador, que só por milagre sairá bem da empresa*.”¹⁷.

Desaparecidos, ou afastados da cena política, por razões de índole diversa, os chefes mais prestigiosos – Hintze Ribeiro falecera, José Luciano de Castro ficara doente, Júlio Vilhena era sistematicamente rejeitado, João Franco vivia no exílio – era de menor traquejo e menos clara filiação política a gente chamada ao poder. Constitui-se o gabinete Venceslau de Lima numa altura em que a cena política nacional se tornara deveras confusa, já que a tendência era para a formação de dois blocos, em que os inimigos de ontem se tornavam nos aliados de hoje, dando origem a estranhas coligações.

Surge, assim, a facção Campos Henriques/Venceslau de Lima, formada por Progressistas e antigos Regeneradores com outros aderentes, e o bloco chefiado por Regeneradores, fiéis a Júlio de Vilhena, e Progressistas dissidentes, liderados por José de Alpoim.

Face ao emaranhado da situação “O Castellovidense” lembra que “*nunca [se deixou] levar pela paixão partidária (...) olhando para os factos com olhar sereno e como fenómenos de psicologia social [tentando enxergar] com olhos de quem quer ver, as causas que os produziram, [emitindo] sobre elas a sua humilde opinião, no uso incontestável de um direito*”. E termina o desabafo, advertindo: “*Isto, como está não pode, nem deve continuar, para bem do país*.”¹⁸.

Estava-se nos inícios de Maio de 1909 e “O Castellovidense” preocupado, lembra a Venceslau de Lima que deve afastar-se “*desligar-se, por completo, de interesses faccionários*”¹⁹. Inquieto, interroga-se ainda, sobre a atitude dos Franquistas, dos Progressistas, dos Henriquistas, dos Sebastianistas e dos outros grupos e grupelhos que sobrecarregam,

13. Idem, *Ibidem*, p. 449.

14. “O Castellovidense”, n.º 5, p.2

15. Idem, *Ibidem*.

16. Idem, *Ibidem*.

17. Idem, *Ibidem*.

18. Idem, N.º 13, p. 1.

19. Idem, n.º 15, p. 1.

confundem e delapidam a cena pública: “*Esqueçam-se paixões e guerrilhas*» clama «*para que se salvem as instituições.*”²⁰.

De índole monárquica, simpatizante dos Regeneradores, “O Castellovidense” diz querer, acima de tudo, o bem da Pátria e procura fazer uma leitura racional e razoável do panorama político nacional, o que o leva a reflectir que “(...) *o partido republicano tem avançado a largos passos por todo o país (...) [não havendo] cidade, vila, aldeia e até humilde lugarejo aonde não tenham chegado as ideias daquele partido*” fruto de uma insistente propaganda feita por homens de incontestável valor intelectual, que sabem habilmente tirar da história dos velhos partidos monárquicos nas suas últimas interferências, os argumentos para fortalecerem o seu credo e com manifesta vantagem para ele. *[Esterelizando-se] em contendas insignificantes de predomínio pessoal e mesquinhas vaidades, os homens públicos da monarquia (...) já não combatem por ideias e por princípios: há refregas e assaltos de encruzilhada, por interesses pessoais, quantas vezes inconfessáveis.*»²¹. Parece, a “O Castellovidense” que os ideais monárquicos vão decaindo mercê do incremento do proselitismo republicano. Mais exacto será atribuí-lo, assim o cremos, à falta de união e ao desacerto desvairado dos partidos monárquicos, que, quer no poder, quer na oposição desbaratavam as possíveis simpatias daquele eleitorado, que sempre o há, que se não sabe o que quer, está porém ciente do que não quer. E, usualmente, não aprecia a descredibilização do sistema.

Venceslau de Lima e a sua equipe vão-se mantendo na governação do país; mas múltiplos obstáculos entravam a sua acção. A questão religiosa estava na ordem do dia – dentro e fora do Parlamento ataca-se a Igreja, combate-se a Companhia de Jesus. O jornal “A Lanterna” promove um inquérito à vida religiosa e eclesiástica; João Chagas continua a influenciar a opinião pública com as suas “Cartas”, entre as quais encontramos muitas de sabor anti-clerical²². Como se tal não bastasse, os próprios institutos religiosos, enlouquecidos, degladiam-se entre si, com os Franciscos a atacar os Jesuítas. O lastimável incidente do Bispo de Beja e dos Padres Ançã, comentado e explorado por toda a imprensa, acaba por levar ao afastamento de Francisco de Medeiros, ministro da Justiça²³.

Enquanto o Gabinete de Venceslau de Lima entra em dificuldades, “O Castellovidense” continua a clamar contra as desavenças entre os monárquicos: “*O trono de Portugal, na verdade, não está nada seguro. A razão principal consiste no procedimento do ilustre chefe do partido progressista – José Luciano de Castro*”²⁴.

Esquecendo que se comprometera a manter-se apartidário, o nosso jornal cede à tentação de atacar o velho mentor dos Progressistas, que não sacrificaria o país aos seus ódios pessoais, como se afirma no editorial do n.º 41, mas antes, apesar de velho e doente, se mantém atento à situação do país, como se verifica por carta escrita a D. Manuel II: “*O Partido Republicano avança a passos rápidos. Já tomou posse da Câmara de Lisboa e da grande maioria das juntas da paróquia da capital e fez eleger o presidente da Sociedade de Geografia (...) e promoveu uma imponentíssima e extraordinária manifestação republicana que terminou por uma sessão tumultuosa na Câmara dos Deputados, em que alguns deputados deram vivas à República correspondidos por calorosas manifestações das galerias, onde só estavam republicanos. Nesse movimento estavam confundidos republicanos e dissiden-tes.*”²⁵. E preocupado adianta: “*Se não me engano, a revolução ameaça-nos,*

20. Idem, ibidem.

21. Idem, n.º 16, p. 1.

22. Idem, Ibidem.

23. João Chagas, “Cartas Políticas” Carta 62, Edição João Chagas, Lisboa, 1910, IV vol. O bispo de Beja era o padre Sebastião de Vasconcelos, fundador das oficinas de São José, do Porto, instituição de abrigo e acolhimento de rapazes menores. O incidente que inflamou toda a imprensa estaria ligado a práticas homossexuais.

24. “O Castellovidense”, n.º 41, p. 1.

25. “História de Portugal”, edição e vol. citados, p. 451.

de perto.”²⁶. Aviso semelhante sai da pena do redactor de “O Castellovidense”: “A onda republicana cresce cada vez mais alterosa de embate ao velho e carcomido castelo da monarquia portuguesa, que não querem defender com as armas com que se defende a Verdade e a Justiça.”²⁷.

À medida que o Verão avança também o ambiente, no Parlamento, vai aquecendo: a escaldante questão dos adiantamentos à Casa Real, que sempre que abordada provocava enorme controvérsia, volta a ser levantada. No número 30, publicado em 5 de Setembro desse ano “O Castellovidense” escreve: “Os adiantamentos ficaram como uma nódoa nos arminhos reais e no prestígio dos homens públicos da nação. D. Manuel, esse simpático moço que ora preside aos nossos destinos, teve um gesto honroso e digno (...) prontificando-se como filho – dever sagrado – e como Rei – dever constitucional, a repor o dinheiro recebido antecipadamente. Esse gesto, porém, o melhor, o mais digno, o que menos feria a instituição monárquica, foi posto de parte [e até] serviu de alvo aos adversários do regime”²⁸. De facto, passado mais de um século sobre esta contenda, não restam dúvidas que os adiantamentos à Casa Real em muito contribuíram para o desprestígio da instituição monárquica.

Outro assunto de interesse nacional a que “O Castellovidense” se refere a miúdo é a instrução.

A partir do Século das Luzes a difusão do ensino das primeiras letras por um número sempre mais alargado de crianças torna-se num dos mais importantes objectivos dos governos, Europa fora. Refira-se, de passagem, que por altura da Reforma protestante e de Contra Reforma católica o proselitismo das Igrejas recém constituídas havia já provocado uma primeira vaga de alfabetização. Agora, porém, múltiplas razões confluem para determinar os governos a investir seriamente na instrução das crianças. Pelo que o acto de ler deixa de ser privilégio de alguns, para se tornar em direito de todos, tendo o(s) Estado(s) o estrito dever de desenvolver os meios considerados necessários para concretizar as políticas da educação.

Em Portugal a instrução pública era paupérrima - a verdade dos números não é passível de qualquer “manto diáfano”, que oculte essa vergonha nacional. Bem andavam os republicanos em apontar este triste facto no seu programa, prometendo levar o país a um grau decente de escolarização. Esforçaram-se, sem dúvida, mas o resultado obtido ficou aquém dos esforços empreendidos e das metas sonhadas. No editorial do número 37, publicado em 24 de Outubro de 1909, sob o título “Instrução à portuguesa”, podemos ler: “O ensino público oficial está entre nós tão descurado, tão afastado da linha do progresso que outras nações conhecem (...) desperta tão pouca atenção dos nossos governos, que nem a própria iniciativa particular é secundada nos seus lowáveis e altruístas esforços (...). “ Isto a propósito da oferta de uma escola, devidamente equipada, por um particular, escola essa que não apareceu no concurso público, ficando naturalmente sem professor. Dá o articulista a entender que não eram assim tão raros casos em que não se proviam professores, em concurso público, com o intuito de guardar o lugar para atender à portuguesaíssima cunha ...”²⁹.

Numa série de artigos, com continuação em quatro números do jornal, sob o título “A instrução popular”, procura-se estabelecer um paralelo entre educação, progresso e riqueza das nações. A articulista, que assina Adriana B. Inchado pergunta aos leitores porque razão países como a Bélgica, a Suíça, a França e vários outros vivem “desafogados e opulentos”, e logo responde: «Porque a juventude desses povos merece para eles um cuidado especial. A educação cívica e a educação literária são virtudes indispensáveis entre eles: educar e instruir a sua mocidade para terem homens que saibam engrandecer a sua pátria e vencer

26. Idem, ibidem.

27. “O Castellovidense”, n.º 52, p.1.

28. Idem, n.º 30, p. 1.

29. Idem, n.º37, p. 1.

as dificuldades da vida (...)»³⁰. Lamentando o reduzido número de escolas existentes em Portugal, Adriana B. Inchado reflecte ainda sobre a ignorância da população portuguesa, em geral, pelo que a infância e a juventude seguem caminho semelhante ao dos seus pais e “[população] que não saiba ler ou escrever (...) torna-se inapta para o desenvolvimento da nossa riqueza (...), pois não pode acompanhar o progresso (...) e nesta luta de trabalho e de interesses em que hoje todo o mundo está empenhado e de que só o nosso povo e os nossos governos se desinteressam, nós não podemos deixar de ser vencidos (...). De escolas, de muitas escolas é que precisa o povo (...)»³¹. Escolas não apenas primárias, mas onde aprendam também artes e ofícios e variados elementos da vida prática, na área da agricultura, do trabalho fabril, da actividade comercial. É pois, toda uma revolução no ensino, que esta empregada colaboradora de “O Castellovidense” propõe, certa de que «[em se fazendo] isto se verá como o nosso país progride, como a nossa riqueza nacional aumenta e como o nosso povo vive mais feliz.»³².

Belas e sensatas frases, com conselhos tão actuais ontem, quanto hoje, mas que levam gerações a concretizar-se³³, pelo que quem entrou no comboio em marcha lenta muito terá que se esforçar por alcançar a velocidade dos que circulam na via do progresso³⁴.

Entretanto o governo de Venceslau Lima lá vai seguindo, em mar proceloso.

30. Idem, n.º 47, p. 2.

31. Idem, Ibidem.

32. Idem, Ibidem.

33. “A obra da República em matéria de ensino bastaria só por si para justificar a mudança de regime operada em 5 de Outubro de 1910”. Foram múltiplas e profundas as reformas operadas nos diversos graus do ensino, a partir de Março de 1911. Surge o ensino infantil, e o primário é subdividido em elementar, complementar e superior, pois se pensava em possibilitar à população adulta a aprendizagem das primeiras letras nas chamadas escolas temporárias ou móveis. Para a formação dos professores criam-se novas escolas normais em Lisboa, Porto e Coimbra e prevê-se o alargamento desta rede, onde tal mostrasse ser necessário. O ensino superior sofre uma reforma como nunca conhecera. As escolas médico-cirúrgicas de Lisboa e Porto passam a faculdades de medicina e fundam-se as universidades de Lisboa e Porto, instalando-se na primeira uma faculdade de direito. Os estudos jurídicos passam por uma profunda renovação e, concomitantemente foram criadas faculdades de letras em Lisboa e Coimbra e, bem assim, faculdades de ciências. Outras importantes medidas foram a fundação das escolas normais superiores e das escolas de educação física, bem como a reorganização do ensino de farmácia. O ensino secundário, entretanto, que fora aquele em que a Monarquia mais atentara, não necessitava de correcções de vulto: bastava que se executassem as leis que o regiam. Pelo que se fundam novos liceus e, quando em 1918 é pr mulgada a primeira reforma deste grau do ensino, as alterações introduzidas são de pouca monta. O ensino técnico, industrial e comercial é, também, reformulado, sendo de destacar as escolas autónomas Instituto Superior Técnico e Instituto Superior do Comércio. Criam-se nestes institutos superiores novas disciplinas e corrigem-se as já existentes. É, porém, com o decreto de 1 de Dezembro de 1918 que o ensino técnico, comercial e industrial vai conhecer notável desenvolvimento, nomeadamente com a criação de escolas em diversas capitais de distrito. O ensino agrícola entra, igualmente, numa fase de crescimento. Entre outras medidas este ensino é dividido em ensino agrícola elementar, geral e especial. Estas inúmeras reformas, a todos os níveis dos graus de ensino originam novas necessidades, pois o ensino era tutelado pelo Ministério do Interior. Obviamente tal não poderia continuar pelo que, por lei de 7 de Julho de 1913, é criado o ministério de Instrução Pública (in Cultura e Assistência, “História de Portugal”, VII, dir. Damião Peres, ed. cit. pp.675/678)

34. Em tempo de monarquia constitucional, o ensino superior não conheceu, em sentido lato, reformas estruturais. Depois de vários projectos foi aplicado o de Passos Manuel que não alterava, de modo sensível, os quadros pombalinos, ainda que sejam de referir, entre outras, a criação de dois novos estabelecimentos escolares públicos – a Escola Politécnica de Lisboa (antigo colégio dos Nobres) e a Academia Politécnica do Porto. Na reforma do ensino secundário é de referir o nome de Bernardino Machado que aderiu ao partido republicano em 1903, mas antes, no tempo da Monarquia pertenceu ao partido regenerador e foi deputado. Nessa qualidade empenhou-se na problemática da educação. Entendia que esta devia ser ministrada, por igual, a ambos os sexos e idealizou um plano para criação dos liceus femininos, para o qual pediu a colaboração de Alice Pestana (Caiel) jovem autodidacta que haveria de distinguir-se no domínio de educação feminina. A monarquia particularizou-se pelo empenho no ensino secundário (Passos Manuel), mas também se preocupou com o ensino elementar e, até com o infantil. Foram várias as reformas executadas no sector da escolarização pública a nível secundário e embora os seus resultados não tivessem sido brilhantes, a estrutura criada foi reconhecida como suficiente pela República, que lhe introduziu apenas mudanças pontuais. (in História de Portugal, idem, pp 659/667).

Não haveria, porém, de vencer o ano de 1909. Em Novembro D. Manuel II viajava para Espanha e Inglaterra – talvez com a intenção de procurar noiva que o ajudasse a segurar o trono.

Na sua ausência a instabilidade aumentou, pelo que, quando regressou, em 22 de Dezembro, esperava-o nova crise ministerial, o que o obriga a dar posse a novo governo, chefiado por Veiga Beirão. Despeitado, Júlio de Vilhena, sentindo-se ultrajado por não alcançar a Presidência do Conselho, reage da pior forma abandonando a chefia do partido regenerador, apostrofando o jovem monarca.

Os regeneradores elegem Teixeira de Sousa para o cargo que ficara vago, e passado alguns meses com a queda do gabinete de Veiga Beirão, Teixeira de Sousa é chamado pelo monarca a formar e chefiar aquele que seria o último gabinete de D. Manuel II e do regime.

No número 55, datado de 27 de Fevereiro de 1910 “O Castellovidense” dedica toda a primeira página ao panegírico de Teixeira de Sousa, tecendo-lhe rasgadíssimos elogios. Ele é a figura política “*que mais se tem salientado nas cadeiras do poder (...) é a afirmação mais completa da inteligência activa, das incontestáveis faculdades de trabalho e de energia de ânimo que caracterizam os transmontanos.*”³⁵.

Nunca “O Castellovidense” se havia manifestado, com tamanho entusiasmo, em relação a um político³⁶. Quere-nos parecer, até, que “O Castellovidense” envolve a figura de Teixeira de Sousa numa aura sebastianista, quiçá redentora: “*Teixeira de Sousa é um homem, e é de homens, como Teixeira de Sousa que nós precisamos, no descabro das nossas finanças, no descabro das nossas gloriosas tradições de nação autónoma e livre, no descabro do nosso senso moral (...)*”³⁷.

Aproximando-se a data da visita do chefe dos regeneradores a Castelo de Vide, o editorialista exorta as gentes do distrito “*a honrarem-se a si mesmas, na fidalga concepção do dever de hospedagem, recebendo-o com a franqueza e galhardia alentejanas*»³⁸.

Quando Teixeira de Sousa é chamado à chefia do governo “O Castellovidense”, expectante, segue atentamente o clima político nacional e preocupado com os dislates, cada vez mais evidentes, dos partidos monárquicos e das várias facções dentro destes, que apenas concordam em “*esbravejar contra o governo do Sr. Teixeira de Sousa*», adverte que se a República se instaurar em Portugal tal «*se deverá mais, muito mais aos desatinos dos monárquicos do que à propaganda dos correligionários de sr. Bernardino Machado.*”³⁹.

Na realidade os monárquicos adversários de Teixeira de Sousa haviam-se coligado na intenção de deitar abaixo o governo. Movem-lhe uma guerra violentíssima, acusam-no de rumar à esquerda, sem se aperceberem que a governação tentava tornar-se popular, com a nova estratégia política. Nas eleições de 28 de Agosto de 1910 o governo obtém uma maioria pouco definida, enquanto os republicanos duplicam a sua representação. Mas, nem mesmo assim, os partidos da realza cerram fileiras - o bloco dos Progressistas, Nacionalistas, Franquistas apenas tinha um objectivo comum: derrubar o governo.

No meio desta controvérsia, D. Manuel II, rodeado pelos seus conselheiros, tentava equilibrar os correlegionários desavindos. “O Castellovidense” continua a encarar

35. Entre as fortes tintas com que se pinta o retrato do chefe dos regeneradores, retivemos, ainda, as seguintes pinceladas: “Teixeira de Sousa, alma varonil, homem forte de sentimentos, convicto da sua força, lealíssimo como adversário na defesa dos interesses da nação (...) soube, como poucos conquistar por esforço próprio a proeminência do seu lugar num dos maiores partidos monárquicos do país”.

36. Outra figura pública que o periódico distingue com termos elogiosos, é D. Manuel II: «A monarquia, representada por uma criança inteligente, meiga e de bom propósito, ameaçada de pernicioso influência de uma seita terrível» (N.º 7, p.1). “D. Manuel II, uma criança inocente, inexperiente e confiada, que num momento trágico se vê à frente dos destinos de uma nação.” (n.º 13, p.1) “Esse simpático moço (...) cujo coração pulsa sempre com extraordinária comoção por tudo o que representa a justiça e a verdade” (N.º 30, p.1).

37. “O Castellovidense”, n.º 55, p 1.

38. Idem, *Ibidem*.

39. Idem, n.º 76, p. 1.

benevolmente o monarca, que é retratado como jovem honesto, sério, preocupado com os destinos de Portugal, mas inexperiente e mal aconselhado, como atrás se referiu.

Quando a República é proclamada em 5 de Outubro de 1910, “O Castellovidense” recorda aos seus leitores que havia previsto, em vários editoriais, o que iria acontecer, e escreve: “*Venha vida nova. A revolução triunfante deve purificar a nossa pesada atmosfera política e social.*”⁴⁰.

Em Castelo de Vide a notícia da implantação do Novo Regime é recebida com regozijo. Deitam-se foguetes. Desfraldam-se bandeiras. Lêem-se proclamações. O povo sai para a rua, marchando, alegre, ao som das filarmónicas. Dia após dia, as manifestações sucedem-se, no mesmo clima de euforia popular.

Entretanto os representantes políticos da República vão sendo empossados. No dia 10 de Outubro cabe a vez a José António do Nascimento, novo administrador do concelho, que é empossado pelo Dr. João Luís de Carvalho Cordeiro, redactor principal de “O Castellovidense”. É tal a afluência de público a este acto, que não cabe no edifício onde ia decorrer, pelo que é à varanda da escadaria pejada de gente que a cerimónia decorre, para que um maior número de pessoas nela possam participar. Entre discursos, vivas à República e cumprimentos de felicitações encerra-se o acto solene que, na prática significa a entrada de Castelo de Vide na família republicana⁴¹.

Esta fácil adesão dos castelovidenses à República parece não constituir uma excepção; se Lisboa e o Porto eram incontestavelmente republicanas, o país, em geral, parecia não o ser menos⁴². Também em Castelo de Vide, a exemplo do que se verificou em várias localidades, se organizou uma comissão municipal que foi a Lisboa saudar o jovem governo Provisório e entregar uma mensagem ao Dr. Teófilo Braga⁴³.

Sensatamente, o Governo Provisório apressa-se a tranquilizar os portugueses através de telegramas dirigidos às várias autoridades e que o “O Castellovidense”, tal com os demais periódicos Portugal fora, publica na íntegra. Na primeira mensagem afirma-se que “*a situação financeira é inteiramente desafogada, todos os pagamentos têm sido satisfeitos (...) e o estado garante toda a importância dos depósitos dos depositários da Caixa Geral*”⁴⁴. Havia que sossegar a população para evitar uma corrida aos bancos e conseqüente desestabilização financeira. Havia, ainda, que tentar conservar o clima de paz social, sem a qual o êxito do empreendimento republicano poderia ficar irremediavelmente comprometido. Numa outra mensagem, dimanada do ministério da Justiça e assinada por Afonso Costa, refere-se a liberdade de culto que será mantida “*seja de que religião for pois o Governo da República respeita a religião de cada cidadão como mero caso de consciência, contra a qual ninguém pode atentar, e só procede contra o clericalismo e a reacção por serem contrários à liberdade humana, à paz e à ordem social*”⁴⁵.

Estamos chegados a um ponto fulcral do ideário republicano e que sempre estará presente nos vários governos da 1ª República: a questão religiosa, pedra de toque dos espíritos que se afirmavam livres de perniciosas teias de aranha, que impediam que a luz da modernidade

40. N.º 85, p.1 Sendo um semanário que saía aos domingos, “O Castellovidense” só no dia 9 de Outubro se pronuncia sobre a mudança de regime. No número 85, sob o título “Proclamação da República Portuguesa”, em editorial à largura de toda a primeira página, Carvalho Cordeiro escreve, ainda: «Venha vida nova, venha a liberdade dentro da lei; a honestidade na administração pública; o respeito recíproco aos direitos individuais; o cumprimento integral do dever cívico», e exorta «trabalhem todos com afã e amor pelo bem geral do nosso país, que o mesmo é concorrer para o nosso próprio bem-estar.»

41. N.º 86, p.2.

42. “História de Portugal” vol. citado, pp. 455 e segs.

43. “O Castellovidense”, n.º 95, p.1.

44. Idem, n.º 86, p.3.

45. Idem, Ibidem.

para todos brilhasse, clara e límpida.

Herdeiro dos princípios amplamente debatidos pela convenção gaulesa e veiculados sob a designação genérica de Revolução Francesa, mas menos influenciado pelas doutrinas filosóficas da época – o cientismo e o positivismo, o republicanismo português é cimentado pelo proselitismo deísta maçónico, não lhe sendo indiferentes os métodos mais explícitos da Carbonária. Do que resulta, entre outros, um forte cariz anticlerical. Daí a guerra aberta ao ultramontanismo e à centralização papal saída do Concílio Vaticano I, tal como definida, por exemplo no dogma da infalibilidade papal. A este pendor há que acrescentar um certo impressionismo destrutivista e pessimista, e ainda uma belicosa heterogeneidade⁴⁶. Conforme escreve Oliveira Marques “*ser republicano era mais estar contra (a Igreja, a Monarquia, os Jesuítas (...)) do que estar a favor de algo.*” Não é, pois, de estranhar que a legislação anti-religiosa brotasse, em catadupas, do gabinete do ministro da Justiça⁴⁷.

Em editorial de 30 de Outubro “O Castellovidense” louva a imensa actividade do governo que restaurara as leis religiosas de Pombal, de Mousinho da Silveira, de Joaquim António Aguiar e findara com odiosos privilégios, proclamando a igualdade de direitos. Mas, um tanto sobressaltado com tanta e tão radical legislação, deixa, suspensa no ar, a dúvida: será prudente quebrar, de uma só vez, todos os laços com o passado?⁴⁸. Esta advertência é compreensível face ao decreto que regulariza o ensino da religião e da moral nas escolas primárias: “*para satisfazer às aspirações liberais da Nação, tendo em vista que o Estado não pode obrigar as famílias e, portanto as crianças, a determinada crença religiosa, e considerando que o ensino dos dogmas é incompatível com o pensamento pedagógico que deve regular a instrução extingue-se o ensino religioso em todas as escolas (...)*”⁴⁹.

Afirmando a índole jacobina, aliás reconhecida por vários historiadores, o Governo da República vai decretando ainda no sentido de proibir as manifestações exteriores do culto católico em determinadas circunstâncias, de limitar a liberdade de acção do clero e de abolir os dias santos, que passam a úteis. O Código Penal, reformulado, passa a estipular, no artigo 137: “*Todo o ministro eclesiástico que no exercício do seu ministério, em sermões, ou em qualquer discurso público verbal, ou escrito publicado, injuriar alguma autoridade pública, ou atacar alguns dos seus actos, ou a forma do governo, ou as leis do reino, ou negar, ou puser em dúvida os direitos do Estado acerca de matérias eclesiásticas, ou provocar qualquer crime, será punido com a pena de prisão de um até dois anos e multa de três meses até três anos*”.

Esta questão da separação Estado-Igreja vai-se desenvolvendo num crescendo que “O Castellovidense” acompanha atentamente, ora dando parte aos leitores das notícias que circulam a tal respeito, ora dando a opinião de colaboradores que se interessam pela matéria. Um destes colaboradores, que se assina Francisco Beliz, é particularmente incisivo no seu radicalismo, já que pretende que a República se deve libertar de imediato de toda a religião, qualquer que ela seja e deve ter cuidado com o jesuitismo que nunca desarma⁵⁰.

Esta intolerância não era usual nas páginas do periódico de Castelo de Vide, mas, à medida que a República se vai afirmando, vão aparecendo mais opiniões com aquele cariz.

Critica-se a Pastoral dos Bispos Portugueses em que estes respondem às múltiplas acusações que lhes são feitas e várias pressões que lhes são movidas. Tal documento

46. A recusa da verdade histórica contida no Mapa Cor de Rosa, pelos potentados europeus, e o *Ultimatum* inglês e outros episódios menos graves mas danosos, haviam provocado sentimentos de indignação e desencanto que “A Portuguesa” procura exorcizar, sob a forma de música e poesia, e que passado mais de um século é, quanto a nós, símbolo de uma questão ainda não resolvida.

47. A. H. de Oliveira Marques – A primeira República Portuguesa – Lisboa, Livros Horizonte, 1980.

48. “O Castellovidense”, n.º 88, p. 1.

49. Idem, *Ibidem*.

50. Idem, n.º 102, p.1.

é considerado como “*acto imprudentíssimo e de consequências seriamente desastrosas para os seus subscritores.*” Acusa-se o bispo D. António Barroso, personalidade muito considerada pela sua obra de missionação, de se submeter “*aos caprichos dos senhores cardeais*”⁵¹. Ataca-se, em editorial, a Companhia de Jesus cujos membros são apodados de “*sabichões de Stº Inácio, que não têm Deus, nem Pátria, nem conhecem família.*”⁵². Mas também é lembrado que as Constituintes devem olhar pelo clero nacional, que não tem culpa dos “*erros dos bispos e camarilhas palacianas*”⁵³.

Indiciando uma mudança das mentalidades, aliás característica dos tempos de revolução, alguns, mais afoitos, preferem casar-se apenas civilmente, e outros vão registando os filhos com nomes revolucionários, bem próximos da trilogia da Revolução Francesa – uma criança do sexo feminino é registada com o nome de Liberdade⁵⁴. Este tema das mentalidades, ou melhor, da necessidade de uma reforma cultural que se concretiza em novas atitudes mentais, preocupa, “*ad initium*” os mentores de “*O Castellovidense*”.

E ainda que estes, e os seus leitores, constituíssem uma pequena elite, pelo que de modo algum se pode dizer que tal preocupação fosse comum à maioria dos habitantes da Sintra do Alentejo, o certo é que eles exprimem uma opinião, que é particularmente partilhada por alguns dos guias intelectuais da nação.

Se tentássemos reduzir a história do séc. XIX a uma fórmula simples, mas elucidativa, certamente obteríamos o binómio mudança política/tentativa de evolução cultural e mental. Desde os sinedristas a Mousinho da Silveira (personalidade particularmente venerada em Castelo de Vide, terra da sua naturalidade), passando pelos Setembristas, com a sua reforma do ensino liceal, até aos Regeneradores/Históricos (sem dúvida mais vocacionados para o progresso material), sem esquecer a Geração de 70 e a de 90 – todos eles clamavam por mudança, por Vida Nova que permitiria colocar o país a par das mais evoluídas nações europeias. Daí que a instrução popular e a educação dêem origem a numerosos editoriais, artigos, notas de correspondência e cartas de leitores, dispersos pelos vários periódicos regionais e nacionais.

Como atrás já foi dito, “*O Castellovidense*” é particularmente sensível a este tema da cultura e procura incentivar nos seus leitores o gosto pelo saber, ao mesmo tempo que, em editoriais e artigos vários, pugna pela elevação do nível educacional da população portuguesa⁵⁵. Ainda no tempo da Monarquia, não se poupam críticas acerbas ao ensino público, que estaria degradado, verberando-se os governantes que teriam interesse em manter o obscurantismo, já que um povo culto e ilustrado seria muito mais crítico⁵⁶.

Logo após a implantação da República, elogiam-se os esforços dispendidos pelo ministro do Interior, António José de Almeida, no sentido de elaborar um plano de educação adequado às necessidades do país. Diz-se mesmo que a obra da educação nacional é aquela a que a República deve dedicar-se com mais empenho⁵⁷. E de facto, o combate ao analfabetismo e o fomento, no plano da cultura, mereceram as melhores atenções do novo regime. A taxa de analfabetismo era invulgarmente elevada: 75,1% em 1910. Para a combater lança-se mão de vários meios. Cria-se o ensino infantil, reformula-se o ensino primário (que continuaria, por largo tempo, a ser o único possível para a maioria dos portugueses), abrem-se novos liceus, revigora-se o ensino técnico, fundam-se escolas superiores de educação, reforma-se o ensino universitário. País fora criam-se cursos públicos livres, de vários tipos e níveis; organizam-se

51. Idem, n.º 105, p.1.

52. Idem, n.º 116, p.1.

53. Idem, *Ibidem*.

54. Idem, n.º 106, p. 2. Vide, também, n.º 115, p. 2, n.º 108, p.2.

55. Idem, n.º 28, p. 2.

56. Idem, n.º 37, p. 1 e n.º 50, p.2.

57. Idem, n.º 89, p.1.

conferências, publicam-se livros em edições económicas, com obras de reconhecido mérito científico, histórico e literário. Fundam-se associações literárias entre as quais é de destacar a “Renasença Portuguesa”⁵⁸.

Promovem-se concertos a preços módicos e leva-se a ópera a recintos mais populares; criam-se museus regionais e locais. Reformam-se bibliotecas e arquivos, abrindo salas de leitura infantil e inaugurando-se outras em jardins públicos, estações de caminho de ferro, estabelecimentos prisionais, etc. Homens como Jaime Cortesão, Raul Proença e António Sérgio empenham-se, a fundo, na formação cultural da nação. É um esforço gigantesco, sem dúvida, que depara com múltiplas dificuldades, das quais são de destacar duas, entre as mais vultuosas: a crónica falta de verbas e a ignorância dos pais. Estes “*não colaboram (...) e mal as crianças estão capazes de ir para um ofício, tiram-nas da escola*”⁵⁹.

Volvidos cem anos há que acrescentar a estes, novos e mais prementes problemas. No contexto da globalização, face às novas tecnologias e a diferentes percepções das dimensões espaço-temporais, resultantes da introdução de tipos de linguagem adoptados pelos novos canais de comunicação, se porventura não somos o povo mais analfabeto da Europa somos o mais iletrado, condição que ainda mais nos penaliza.

Hoje, como ontem, se referem reformas estruturais de ensino, que equipem cada português com os apetrechos culturais a que tem direito e sem os quais não poderá competir numa sociedade que não se compadece dos que não entram na via da progressão irreversível. O que, sem dúvida levanta questões epistemológicas, que passaremos adiante.

Um último ponto retém a nossa atenção, ao percorrermos as páginas de “O Castellovidense”: através das notícias difundidas, e particularmente dos artigos de opinião, detecta-se o receio de que os monárquicos tentem alguma reacção, provocando uma guerra civil.

Integrando-se num plano de vigilância das forças militares, nomeadamente nas terras de fronteira ou próximas delas, o Ministro da Guerra, Correia Barreto desloca-se a Portalegre, com o intuito de inspeccionar o Regimento de Infantaria n.º 22. Na circunstância visita Castelo de Vide, com o que muito alegre os seus habitantes, que o recebem entusiasticamente. O editorialista não perde a oportunidade para salientar que esta é uma atitude de “*boa política da jovem república cujos governantes querem conhecer o Portugal real.*”⁶⁰.

Numa campanha de elucidação da opinião pública verberam-se os que espalham notícias de uma próxima guerra civil, de sujeições ao estrangeiro e outras cabalas.

E recomenda-se que não se assuste o povo com notícias de invasões, guerrilhas e contra-revoluções, procurando antes criar um clima de paz e tranquilidade com o que beneficiará toda a nação. Entretanto, esta afirma-se pronta a ripostar a qualquer ataque às instituições. O patriotismo está bem patente na atitude dos reservistas que, apesar de não contarem com a chamada, prontamente obedeceram e marcharam de imediato para os postos fronteiriços que lhes foram destinados.

Paiva Couceiro, esse indefectível monárquico, consubstancia o espectro do invasor. Acoitado em terras de Espanha, com alguns militares correligionários, continua “*aliciando gente para combater a República, pagando a 4 pesetas diárias cada cabeça e prometendo 200\$00 reis depois de alcançada a vitória*”⁶¹. A opinião pública republicana considera-o um traidor, tenta achincalhá-lo – às suas acções chama “*couceiradas*” e aos seguidores “*paivantes*”⁶².

58. Chama-se a atenção do leitor para as notas n.º 33 e n.º 34.

59. “O Castellovidense”, n.º 105, p.1.

60. Idem, n.º 106, p.1.

61. Idem, n.º 120, p. 2.

62. Idem, n.º 122, p.1.

Em documento lido nas Constituintes e que seria da autoria do suposto traidor, este escreve a um interlocutor não identificado, fazendo-lhe ver a necessidade de se irem criando focos de agitação em Portugal, que proporcionariam uma futura e próxima invasão monárquica⁶³. Tratar-se-ia de manobra da reacção a notícia posta a circular e rapidamente desmentida de que alguns regimentos republicanos se tinham evadido para Espanha, indo-se juntar a Paiva Couceiro?

Em Badajoz, teria sido descoberto mais um depósito de armamento dos conspiradores portugueses, que estariam recebendo ajudas várias. Estava próxima a primeira incursão armada dos monárquicos que, atacando o posto fronteiriço de Vinhais e não encontrando a adesão esperada, são obrigados a regressar além fronteiras. A segunda tentativa verificou-se, como se sabe, em 1912, através de Chaves, mas tal como a anterior também não resultou, tendo os monárquicos momentaneamente desistido de fazer valer as suas pretensões pela via da força armada.

À medida que o Governo Provisório se vai afirmando e aplicando um corpo de doutrinas adequado às novas circunstâncias, o ideal republicano vai-se canalizando em diversos projectos.

Os Republicanos, que em 5 de Outubro se congregavam, sem diferenças marcantes, em torno do mesmo desígnio, vão, a partir de então, tentar pôr em prática a pluralidade da ideia democrática. Ora, tal não era passível de concretização sem fricções, desvios, discussões e até afrontamentos. “O Castellvidense” vê surgir essas dissensões com preocupação e angústia, pois entusiasmado com o Portugal novo havia esquecido que, ainda que mudem as instituições, o homem permanece semelhante ao que sempre foi⁶⁵.

Daí que o regresso às querelas partidárias seja encarado com pessimismo, logo sugerindo comparações com um passado muito recente: “*Eis que os patriotas de há um ano se deitam a brigar uns com os outros, tal como ainda há dias faziam os Progressistas com os Regeneradores... e os Regeneradores com os Progressistas*”⁶⁶.

Temeroso do que possa acontecer aconselha a que se abandonem as rixas partidárias que, no seu entender, só poderiam prejudicar a nação e desviar as forças vivas do país daquilo que verdadeiramente interessava – a questão económica, particularmente a indústria e a agri-cultura⁶⁷.

Os receios vão-se adensando até que, por último, é a confissão pública de um estado de alma muito próximo do desencanto: “*A política portuguesa traz-nos, dia a dia, novas desilusões (...). A harmonia que existia nos republicanos, desfaz-se (...). Daqui a pouco não falta quem chame a Republicanos Históricos, talassas, vermelhaços como o Sr. Afonso Costa ao promulgar a sua lei de separação da Igreja do Estado. E assim vamos vivendo de desilusão em desilusão.*”⁶⁸.

Através de um prisma negativo “O Castellvidense”, vislumbra, em parte, o que iria acontecer. Começava a esboçar-se o clima geral de divisão e suspeição de que resultou, ao longo dos dezasseis anos de vida da 1ª República, uma forte instabilidade política

63. Idem, *Ibidem*.

64. Idem, n.º 126, p.1.

65. “(...) Não se compreende bem que a propaganda republicana começada tantos anos antes da República ser um facto, que firmasse em princípios verdadeiramente democráticos, e agora se esqueçam, os que fizeram essa propaganda, dos princípios apregoados e agora elejam um presidente que em certos casos pode dar a ideia de um rei, segundo o fausto de que se rodear e a pose com que venha a exhibir-se.” “O Castellvidense”, n.º 126, p. 1.”

66. “O Castellvidense”, *idem*.

67. «É preciso não arrefecer a confiança do povo e fazer uma política séria deixando as calúnias e intrigas dos jornais, levantadas muitas vezes com intuítos reservados. Far-se-á assim melhor obra.» “O Castellvidense”, n.º 129, p. 1.

68. “O Castellvidense”, n.º 133, p.1.

traduzida na queda de ministério após ministério, em revolução após revolução⁶⁹. Os Republicanos acreditavam que a simples instituição do regime redimiria o país. Na realidade, conforme reflecte Oliveira Marques a palavra “*Republicana [encerrava] algo de carismático mítico (...) e o Republicanismo veio a findar como uma espécie de utopia, na medida em que implicava um regime perfeito do povo, para o povo, baseado na completa igualdade, liberdade e justiça democrática*”⁷⁰.

Os portugueses haviam emprestado um significado salvífico ao ideal republicano - era o pendor sebastianista da alma lusíada que se manifestava, uma vez mais. E se os factos nos impedem de considerar exemplar esta primeira vivência em regime republicano, por outro lado ela marcou indelevelmente a história pátria – “*valeu a pena*”, como diria o Poeta, “*porque a alma não é pequena*”.

Ainda que para alguns, quiçá mais derrotistas, o país caminhasse em direcção a um destino trágico e inexorável, o caso português no início da centúria de novecentos não constituía uma originalidade, nem tão pouco era uma fatalidade⁷¹. Os acontecimentos que se iam desenrolando no Ocidente europeu, e também mais a Norte, assim o provam⁷². Pelo que nos parece mais acertado concluir que o período de prolongada instabilidade, que cronologicamente corresponde à época da 1ª República, evidencia que a velhinha Nação não estava desvairada, nem exaurida – tão só procurava, num tempo de profundas mudanças, a forma de melhor continuar a cumprir-se.

69. Na imprensa periódica, a exemplo de “O Castellovidense”, os avisos acerca da perigosa instabilidade política eram inexistentes. Num jornal lisboeta, “O Corticeiro”, pode-se ler na edição de 1 de Outubro (ou seja, quatro dias antes de estalar a Revolução), “*O Estado vai-se, Sr. Teixeira de Sousa.*” (ver fonte na nota 71).

70. A. H. de Oliveira Marques, obra citada, p. 64.

71. “Desde 1905, pelo menos, que todos os governos em Portugal viveram entre boatos de conspiração e golpe de Estado” (História de Portugal, dir. de José Mattoso, vol. VI – “A Segunda Fundação (1890-1926)” - autor Rui Ramos. Lisboa, Ed. Círculo de Leitores Lda e Autores, 1994, pp. 489 e 490.

72. Algo de semelhante se passava, por esta época, Europa fora. “A Espanha não fez nenhuma república, e não foi por isso que entre Outubro de 1910 e o Verão de 1911 deixou de atravessar uma vaga de greves sem precedentes, com suspensão de garantias, tumultos, mortos e feridos. (...) A política espanhola foi tão volátil e mais sangrenta que a política portuguesa (na “semana trágica” de Barcelona, em 1909, morreu mais gente do que na revolução republicana em Lisboa, em 1910...)”. Entre 1910 e 1914 toda a Europa liberal foi fortemente agitada pelo fim do consenso entre as forças políticas e pela agitação social.” Quanto à França, basta dizer que ainda conseguiu ter mais ministérios do que a República portuguesa. A Alemanha, pelo seu lado, estava em caos político, desde que os partidos liberais e conservadores, que tradicionalmente apoiavam os governos, perderam a maioria no parlamento imperial a favor dos dois extremos, os socialistas e os católicos. Nem o Reino Unido, o único país que se manteve constitucional durante todo o século XIX, escapou à tempestade. (...) Entre 1910 e 1914, os partidos ingleses deixaram de confiar uns nos outros, e toda a gente deixou de confiar nas instituições. (...) Na Irlanda, os nacionalistas do Sul e os unionistas do Norte passaram a ter treino militar, preparando-se para uma guerra civil.” in História de Portugal, idem, p.490.

Imagens

O Castellovidense

SEMANARIO INDEPENDENTE

Director — MARCEL ANTONIO CASACA
Propriedade da Typographia Estense & Caesara

ASSIGNATURA (Paga-se em adiantado)
Em Castello de Vide, 25 a.º, 250 reis — Fora de Castello de Vide, 400 reis
Brasil e Africa, 1000 a.º — Numero anuaes, 30 reis. Fora do dia da publicação 20 rs.
Anunciam-se todas as vistas exigidas a rebolado
Redacção, Administracção, Compañhia e Depozito na Typographia Estense & Caesara — Rua Bartholomeu Alvares da Silva, n.º 21 — Castello de Vide

ANUNCIES e outras publicações
No mesmo estabelecimento, toda linha em espaço de linha, 20 reis
No corpo de jornal, 20 reis — Anunciamos permanentes e eventuales, contrato especial
Para os res. assignados 20 % de desconto
Redacção, Administracção, Compañhia e Depozito na Typographia Estense & Caesara — Rua Bartholomeu Alvares da Silva, n.º 21 — Castello de Vide

PROCLAMAÇÃO DA REPUBLICA PORTUGUEZA



A velha monarchia de D. Alfonso Henriques, de D. João I e do Duque de Bragança, a velha monarchia firmada em 1139 nos campos d'Osique, acaba de cair em 1910, após uma lucta sangrenta e fratricida nas ruas da capital, sendo substituída pelo regimen republicano.

Não teve, felizmente, o movimento revolucionario que implantou a Republica em Portugal, os horrores da revolução franceza, que excitou e commoveu a alma da Europa; não, a lucta ferida era inevitavel, dado o reactionarismo que ultimamente se tinha desenvolvido entre nós, um reactionarismo feroz e cheio de rancor.

Por varias vezes, nos editoriaes do nosso humilde semanario, previamos o que se acabava de dar.

Pouco antes da tragedia do Terreiro do Paço, no momento houve em que, frente a frente d'uma condemnavel dictadura, a opinião publica se entristeceu quando viu os velhos partidos politicos reunirem-se em magras assembleias, e, ali, em calorosos discursos de phrase ardente, julgarem-se e condemnarem-se o nefastos processos d'aquella mais que nefasta dictadura e proclamar-se com vehemencia a reivindicacção dos principios liberaes.

A impressao deixada por essas duas assembleias

numerosamente e occorridas, foi, de que uma assura de rearmamento transbaza ao horizonte; mas...

Os factos passaram, perdendo-se no espago o echo das ultimas palavras, e os governantes voltaram a rotina antiga!

Em maio do anno passado, escrevimos nós:

«A onda cresce, e, altas rocas, ameaça precipitar-se com impeto de encontro ao velho castello da monarchia, carcomido pela destruidora traça do tempo e meio derrocado pelas violentas pancadas do arlete da civilisação heidierna e pelo grande e fulgurante avanço das ideis modernas, que se sobrepõem ás velhas tra-

dições medievas, a escurdecerem-se na noite escura da historia antiga.

Sentem-se fraquejar os «litos», reduzem-se, esgalham-se as muralhas de guerra na defenica da fortaleza prestes a desmantelarem-se; a bandeira, symbolo da instigação que se ataca, ainda flutua por de sobre as muralhas, mas encontra-se já crivada de balas inimigas; a guarnição vae estendendo a diadema e falta de animo e de energia.»

Não nos enganamos; a onda cresceu e, neste momento, o antiquissimo baluarte das instituições ruinou com estorzo!

Está proclamado o regimen republicano em Portugal.

Venha vida nova.

A revolução triumphante deve purificar a nossa pesada atmosfera politica e social.

Venha vida nova; venha a liberdade dentro da lei, a honestidade na administração publica, o respeito reciproco aos direitos individuaes, o cumprimento integral do dever civico; trabalhemos todos com afan e amor pelo bem geral do nosso paiz, que o mesmo é que concorrer para o nosso proprio bem estar.

Vida nova, vida completamente nova.

Viva a Republica Portuguesa!

Gervasio Correio.



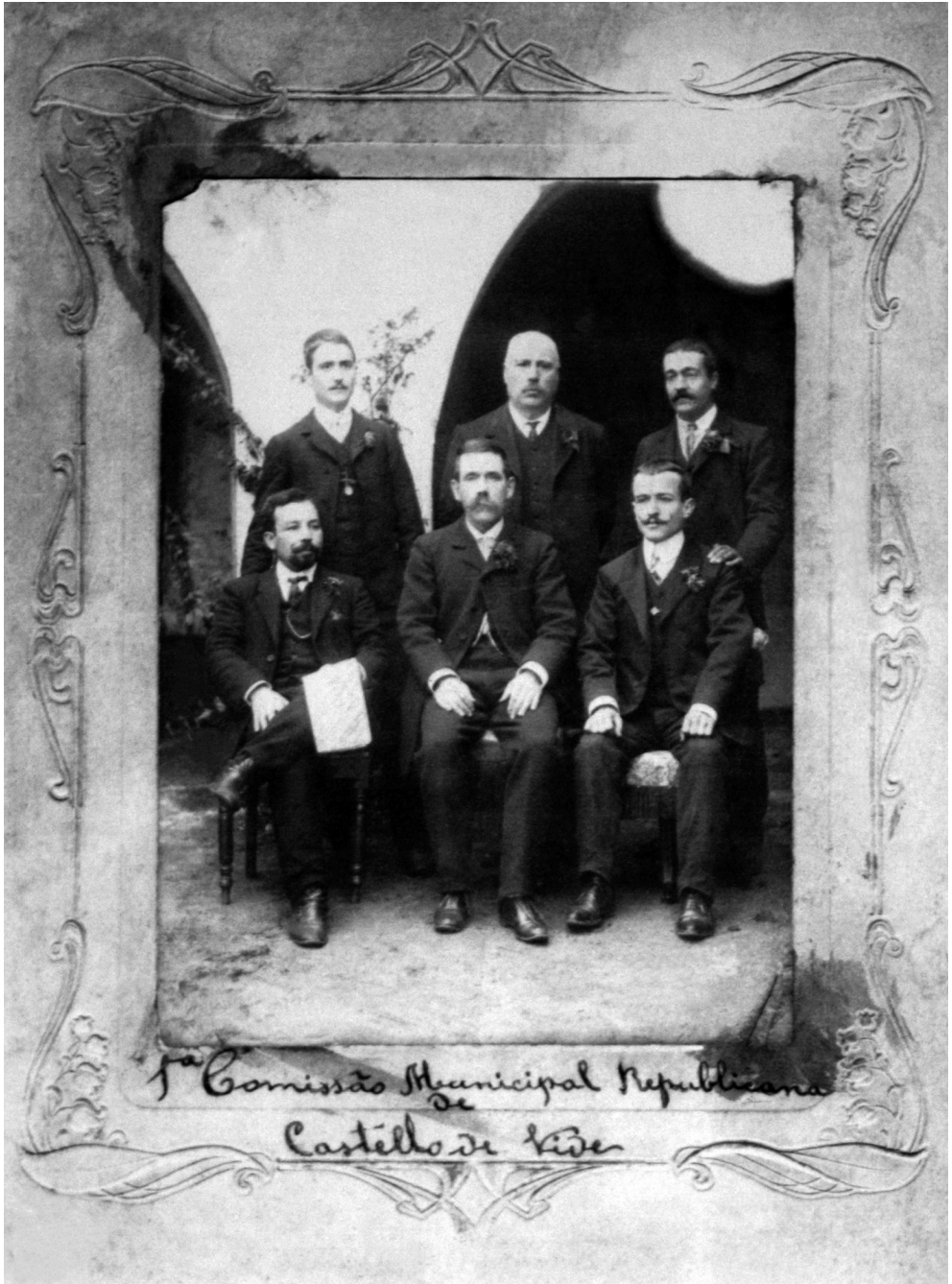
João Luís de Carvalho Cordeiro (Artur de Melo), director de “O Castelvidense”




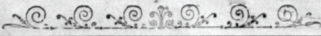
“A República” (base 16cm; alt. 34 cm), propriedade dos herdeiros de João da Cruz Arrenga, que foi membro suplente da Assembleia Geral da Associação dos Trabalhadores Rurais de Castelo de Vide, em 1913



Bilhete-postal da Casa de José António Beliz e Filho, de Castelo de Vide, c.1911, com exuberante iconografia republicana



1ª Comissão Municipal Republicana, de 1908
(fotografia divulgada pelo Dr. João Calha no jornal Notícias de Castelo de Vide)



**Commissão Municipal Republicana
de Castelo de Vide**

José Antonio do Nascimento

Francisco Borges Tristão

João d'Allegria Vidal

Manuel Marques da Fonte

José Luiz Porphiria

José Luiz Botto





João António Gordo, Presidente da 1ª Comissão Administrativa de Castelo de Vide, no período republicano